



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na decisão plenária 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a inscrição de um servidor da Assessoria Jurídica da DG, no curso de "Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Sindicância na Administração Pública de acordo com a Lei 8.112"

O curso será realizado nos dias 2 a 4/12/2019, em Foz do Iguaçu/PR, com carga horária de 21(vinte e uma ) horas, na modalidade de Ensino Presencial.

2.1. Servidor indicado: **Frederico Sadeck Filho**

2.2. Instituição Promotora:

Razão Social: Esafi – Escola de Administração e Treinamento Ltda

Endereço: Av. Rio Branco, 1765, 1º andar, Ed. Delta – Praia do Canto, Vitória/ES – CEP: 29055-643

CNPJ: 35.963.479/0001-46

Contato: Regina Greggio

Telefone: 27 3224-4461

email: contato@esafi.com.br, empenho@esafi.com.br



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dados Bancários: Banco do Brasil, Agência: 0021-3, Conta corrente: 104154-1.

### **2.3. Do Conteúdo Programático:**

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento SEI [0477992](#).

## **3 - JUSTIFICATIVA**

### **3.1. Da Necessidade**

Trata-se de curso solicitado pela Assessoria Jurídica, para capacitação do servidor Frederico Sadeck Filho, membro titular da comissão CPDA deste Tribunal.

O curso tem por escopo qualificar os servidores atuantes em comissões disciplinares, ou em qualquer das outras atribuições ligadas à apuração e decisão do sancionamento disciplinar, para a correta instrução e conclusão dos processos administrativos disciplinares e de sindicância, dando-lhes competência e confiança nos andamentos das atividades relacionadas.

Dado à restrição orçamentária, somente será possível a participação de um servidor, sendo este responsável pela realização da necessária disseminação presencial dos conteúdos aprendidos, à Comissão de Processo Disciplinar e Sindicância Administrativa - CPDSA e demais interessados o conhecimento.

A capacitação ora pretendida encontra-se registrada no PAC 2019, sob n.20190304.

### **3.2. Da Inexibibilidade de Licitação**

A inexigibilidade de licitação se respalda no Acórdão 439/1998 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros,*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

Inscrições em cursos abertos, per se, têm o condão de caracterizar inexigibilidade de licitação, conforme magistério do Prof. Jacoby (FERNANDES. Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 3ª. Edição. Editora Fórum. Belo Horizonte. 2005, p. 256):

*“É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição. Contudo, para a realização de seminários fechados, promovido por qualquer dessas mesmas instituições, é, em princípio, exigível a licitação, porque o interesse e conveniência de treinamento podem ser determinados pela Administração, ao contrário do caso anterior, em que a oportunidade é ditada pelas instituições.”*

Da mesma forma, o Ministro Adhemar Paladini Ghisi, no voto que fundamenta a Decisão TCU 439/1998-Plenário, assim asseverou:

*“Retomando a proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua repetição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição.”*

### **3.3. Da Notória especialização e Singularidade:**

Considera-se que por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU.

### **3.4. D o Alinhamento com os Objetivos estratégicos:**

A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

## **4 – DO VALOR**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O valor inicial da inscrição é de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais).

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

No caso de cursos abertos, o preço cobrado pela inscrição é o mesmo para qualquer órgão da Administração Pública e também para o setor privado. Logo, desnecessária a realização de cotações de preços ou pesquisas junto a outros órgãos.

Quanto às despesas com passagens e diárias serão processadas em outro feito, por ser de natureza distinta.

### **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ERO TREINA
VALOR	R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais)

### **6- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

## **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES**

### **8.1. Da Contratante:**

1 .Informar à empresa contratada os dados do servidor;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura.

3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

### **8.2. Da Contratada:**

1. Disponibilizar os instrutores e local para a realização do curso;

2. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo ([0477992](#)), nos dias 2 a 4/12/2019.

3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública, a Seguridade Social, com o FGTS, perante a Justiça Trabalhista e ao CNJ;

4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

## **9 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

## **10 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

## **11 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 2 a 4/12/2019.

## **12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento: será verificada a confirmação do evento no prazo definido e a regularidade fiscal da empresa.

2. Durante a execução do evento: verifica-se a regularidade das aulas, o cumprimento dos horários, a presença do instrutor, o fornecimento dos materiais e todos os itens inclusos na contratação.

3. Após a execução do evento: verifica-se o cumprimento da carga-horária, a avaliação do evento pelos participantes e a emissão dos certificados e Nota Fiscal.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

### **13 – DOS ANEXOS**

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto ao FGTS, Fazenda Federal, à Justiça Trabalhista e ao CNJ, (eventos [0479829](#), [0479844](#), [0479847](#), [0479850](#)), portanto, apta a contratar com a Administração Pública.

---

Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 21/11/2019, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002730-58.2019.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação. Curso aberto - "Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Sindicância na Administração Pública de acordo com a Lei 8.112/90"

**PARECER JURÍDICO Nº 0481219 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

### **I - RELATÓRIO**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação desta Assessoria Jurídica da DG, por meio do qual se busca a inscrição do servidor **Frederico Sadeck Filho** no curso "**Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Sindicância na Administração Pública de acordo com a Lei 8.112**" promovido por **Instituto Esafi – Escola de Administração e Treinamento Ltda. CNPJ: 35.963.479/0001-46**, que acontecerá no período de **02 a 04 de dezembro de 2019, em Foz do Iguaçu/PR com carga horaria de 21 (vinte e uma) horas, na modalidade de Ensino Presencial.**

**02.** Para instruir o feito, juntou-se aos autos a situação de regularidade da empresa com o FGTS ([0479829](#)), Receita Federal ([0479844](#)), Justiça do Trabalho ([0479847](#)) e CNJ ([0479850](#)), demonstrando estar apta a contratar com a Administração.

**03.** O conteúdo do evento está descrito na Proposta da empresa constante no evento [0477992](#).

**04.** O valor da inscrição é de R\$ 2.790,00 (dois mil setecentos e noventa reais), conforme item 4 do Projeto Básico – PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0479851](#)).

**05.** A SEDES encaminhou, via e-mail ([0479873](#)) o Projeto Básico para a ciência da representante da empresa preponente. Pelo e-mail constante no evento ([0479945](#)), a referida empresa atestou sua concordância aos termos do PB.

**06.** O Gabinete da Secretaria da Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – GABSAOFC, remeteu os autos à COMAP, para análise do PB e demais providências concernentes à contratação, à COFC para programação orçamentária e a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer jurídico, conforme o documento acostado ao evento [0480250](#).

**07.** A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, analisou o Projeto Básico e conclui que por estar comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da empresa, assim como, complementado pela proposta da empresa ([0477992](#)) o mesmo encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, manifestando-se pela adjudicação do objeto à empresa compromissária mencionada, caso o PB seja aprovado ([0481149](#)).

**08.** Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária ([0481209](#)), no valor de **R\$ 2.790,00 (dois mil setecentos e noventa**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**reais**), para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF, atenta ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo dispositivo, ambos da LC nº 101/2000 (LRF), *informa que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, registrada no processo n. 0000017-47.2018.6.22.8000.*

**09.** Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**10.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. **(Negritou-se).**

[...]

**11.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**12.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...]

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; **(negritou-se)**.

**13.** observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo **art. 13** do Código de Licitações. (Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**14.** Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU tem afastado ambos os requisitos, dispensando a demonstração da singularidade do curso ou da notoriedade do instrutor, quando o evento de capacitação for ofertado por  **cursos abertos**. Veja-se:

[...]

**45.** Retomando à proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros.

**46.** Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua reposição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição. ” **Decisão TCU 439/1998-Plenário – Ministro Adhemar Paladini Ghisi.**

**15.** Ressalte-se que a jurisprudência pátria, principalmente da Corte de Contas da União, tem abrandado de forma sistemática e substancial a verificação dos requisitos legais permissivos da inexigibilidade. Cita-se, a respeito, trecho do voto do **Ministro Adhemar Paladini Ghisi, proferido nos autos do TC 000.830/98-4:**

**A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social.** Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, como aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. **Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar à necessidade administrativa**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

à **qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador**. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de tratamento do órgão sob sua responsabilidade. - (DOU de 23.07.1998) - (grifou-se e negritou-se).

**16.** Em resumo, nos termos da **Decisão do TCU n. 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9)**, a inscrição de servidores em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

*O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:*

*Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93.* (grifou-se).

**17.** Releva destacar, ainda, voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do **Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF**:

**EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL.** A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, **escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado.** Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). **O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança.** Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. ” - (DJ 03/08/07 p.30) - (grifou-se e negritou-se).

**18.** No caso em tela, o evento pretendido visa capacitar servidor cujas atividades se encontram correlatas ao seu conteúdo programático e que atua em comissão que demanda com frequência os conhecimentos buscados no treinamento. Nesse sentido, destaca-se o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

registro contido na **justificativa da necessidade do curso, item 3 do PB (0479851)**:

### 3.1. Da Necessidade

Trata-se de curso solicitado pela Assessoria Jurídica, para capacitação do servidor Frederico Sadeck Filho, membro titular da comissão CPDA deste Tribunal.

O curso tem por escopo qualificar os servidores atuantes em comissões disciplinares, ou em qualquer das outras atribuições ligadas à apuração e decisão do sancionamento disciplinar, para a correta instrução e conclusão dos processos administrativos disciplinares e de sindicância, dando-lhes competência e confiança nos andamentos das atividades relacionadas.

Dado à restrição orçamentária, somente será possível a participação de um servidor, sendo este responsável pela realização da necessária disseminação presencial dos conteúdos aprendidos, à Comissão de Processo Disciplinar e Sindicância Administrativa - CPDSA e demais interessados o conhecimento.

A capacitação ora pretendida [sic] encontra-se registrada no PAC 2019, sob n.20190304.

## **III – CONCLUSÃO**

**19.** Diante ao exposto, esta Assessoria entende que a **Administração poderá realizar a inscrição do servidor indicado para a participação no evento em questão**, promovido pela empresa **Esafi – Escola de Administração e Treinamento Ltda. CNPJ: 35.963.479/0001-46** que acontecerá em Foz do Iguaçu/PR, na modalidade de Ensino Presencial, com fundamento no **art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações**, nos termos ainda da **Decisão TCU n. 439/98-Plenário**.

**20.** Por sua vez, observa-se que o Projeto Básico ([0479851](#)), no que lhe é aplicável, atende às disposições do **art. 6º, inciso IX e alíneas, da Lei n. 8.666/93, podendo ser levado à aprovação da autoridade superior competente**, para os efeitos do **art. 7º, § 2º, I e § 9º**, do mesmo diploma legal.

**21.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do **art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada, conforme já efetivado o envio através do e-mail juntado aos autos pelo evento [0479873](#).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**22.** Finalmente, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Não obstante, em homenagem ao Princípio da **Publicidade**, insculpido no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

**À consideração da autoridade competente.**

---

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva**, Estagiário, em 26/11/2019, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 26/11/2019, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002730-58.2019.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação. Curso aberto - "Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Sindicância na Administração Pública de acordo com a Lei 8.112/90"

**DESPACHO Nº 6160 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral por meio do qual se busca a inscrição do servidor Frederico Sadeck Filho no curso "Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Sindicância na Administração Pública de acordo com a Lei 8.112" promovido por Instituto Esafi – Escola de Administração e Treinamento Ltda. CNPJ: 35.963.479/0001-46, que acontecerá no período de 02 a 04 de dezembro de 2019, em Foz do Iguaçu/PR com carga horaria de 21 (vinte e uma) horas, na modalidade de Ensino Presencial ([0477991](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O conteúdo do evento está descrito na Proposta da empresa constante no evento [0477992](#).

A SEDES elaborou Projeto Básico ([0479851](#)) para contratação. Dimensionou o valor total da inscrição em R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais), conforme item 4 do referido projeto.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a situação de regularidade da empresa com FGTS ([0479829](#)), Receita Federal ([0479844](#)), Justiça do Trabalho ([0479847](#)) e CNJ ([0479850](#)), demonstrando estar apta a contratar com a Administração, e ainda e-mail da SEDES encaminhando o Projeto Básico para ciência da proponente ([0479873](#)) e e-mail de ciência da empresa ([0479945](#)).

O secretário em substituição de Gestão de Pessoas se manifestou favorável à contratação e encaminhou os autos à SAOFC, para análise do Projeto Básico ([0480046](#)).

Por sua vez, a SAOFC juntou aos autos o Livro de Processos de Despesas ([0480223](#)) demonstrando que não há fracionamento de despesa para a pretensa contratação.

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0481149](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária, no valor de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais), para custear a despesa ([0481209](#)).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral, que opinou pela possibilidade da inscrição do servidor indicado para a participação no evento em questão, pela dispensa da formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, e pela desnecessidade de publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está aquém do patamar da dispensa legal ([0481219](#)).

Por fim, a SAOFC se manifestou pela aprovação do Projeto Básico, pela autorização da despesa por inexigibilidade de licitação, pela autorização da emissão de Nota de Empenho e pela publicação do ato apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0481319](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **É o necessário relato.**

O processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenchem os requisitos técnicos e legais. Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a inscrição de servidor em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Decisão do TCU n. 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9), com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Eleitoral estabelecido na Resolução do TSE n. 22.572/07 e com o Plano Anual de Capacitação de 2019, registrada sob n. 20190304 conforme informado pela SEDES no item 3 do PB.

Convém mencionar que, com base no precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação é inferior ao patamar da dispensa legal.

Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta diretora-geral ratifica a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC e:

**1. Aprova o Projeto Básico SEDES**, inserto no evento [0479851](#), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93;

**2. Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos, da Lei 8.666/93 e Decisão TCU nº 439/98 - Plenário;

**3. Autoriza a emissão de Nota de Empenho** em favor da empresa **Esafi – Escola de Administração e Treinamento Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n. 35.963.479/0001-46, no valor de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais), formalizando-se a contratação com entrega da Nota de Empenho à contratada; e





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**4. Determina a publicação do ato apenas no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia**, considerando que o valor da contratação situa-se aquém dos patamares da dispensa legal (nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário) e em homenagem ao princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.

---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/12/2019, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190228

Disponibilização: 04/12/2019

Publicação: 05/12/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE**

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Contratada: ESAFI – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA, CNPJ n. 35.963.479/0001-46. Objeto: Inscrição de um servidor da Assessoria Jurídica da DG, no curso de "Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Sindicância na Administração Pública de acordo com a Lei 8.112/". O curso será realizado nos dias 2 a 4/12/2019, em Foz do Iguaçu/PR, com carga horária de 21(vinte e uma) horas, na modalidade de Ensino Presencial. Fundamento legal para contratação: Art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos da Lei 8.666/93, e Decisão TCU nº 439/98-Plenário. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico Nº 0481219/2019 - PRES/DG/AJDG, de 26/11/2019, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 6160/2019 - PRES/DG/GABDG, de 02/12/2019, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretora-Geral do TRE-RO. Nota de Empenho: 2019NE000930, de 03/12/2019, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento Despesa n. 33.90.39.48. Total: R\$ 2.790,00 Processo: SEI n. 0002730-58.2019.6.22.8000.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 04/12/2019, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 03Dez19 NUMERO: 2019NE000930 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 35963479/0001-46 - ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRACAO E TREINAMENT  
ENDERECO : RIO BRANCO 1765 EDIF: DELTA; : SA PRAIA DO CANTO  
MUNICIPIO : 5705 - VITORIA UF: ES CEP: 29055-643  
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM CAPACITACAO DE SERVIDOR, CONFORME PRO  
JETO BASICO SEDES(0479851), PARECER DA AJDG(0481219), DESPACHOS NRS 6160 DA DG  
(0483172) E 6179 DA SAOFC(0483408), PROC. SEI NR 0002730-58.2019.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084772 0100000000 339039 000000 ERO TREINA

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE

AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00027305820196228000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART25/02 LEI8666/93

NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 2.790,00

DOIS MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 48 -SERVICO DE SELECAO E TREINAMEN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 2.790,00  
VALOR DO SEQ. : 2.790,00

INSCRIÇÃO DO SERVIDOR FREDERICO SADECK FILHO NO CURSO "PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DISCIPLINAR (PAD) E SINDICÂNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI  
8.112" PROMOVIDO POR INSTITUTO ESAFI, QUE SERÁ REALIZADO NO PERÍODO DE 02 A 04  
DE DEZEMBRO DE 2019, EM FOZ DO IGUAÇU/PR, COM CARGA HORÁRIA DE 21(VINTE E UMA)  
HORAS, NA MODALIDADE ENSINO PRESENCIAL, CONF. PROJETO BÁSICO SEDES(0479851).

T O T A L : 2.790,00

LIA MARIA  
ARAUJO  
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES  
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA  
COSTA FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO  
GESTOR FINANCEIRO